

UMA IMERSÃO NO CAMPO DE PESQUISA. DIALOGANDO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA TRANSFORMAÇÃO DA CASA DA MORTE EM LUGAR DE MEMÓRIA

AN IMMERSION IN THE RESEARCH FIELD. DIALOGUE WITH SOCIAL MOVEMENTS IN THE STRUGGLE TO TRANSFORM THE HOUSE OF DEATH INTO A PLACE OF MEMORY

Jonatan da Silva Ribeiro¹

RESUMO: A Casa da Morte, localizada no município de Petrópolis, mais especificamente no bairro Caxambu, foi utilizada durante a década de 1970 como um importante centro clandestino da Ditadura Militar, em que opositores ao regime eram presos, torturados e mortos. Innês Etienne Romeu foi a única que conseguiu ficar viva para contar a história. Com a promulgação da Lei de Anistia, Innês é solta e em depoimento a Ordem dos Advogados do Brasil conta todas as atrocidades que viveu na chamada Casa da Morte. Ao final da década de 1970 Innês volta a Petrópolis e reconhece a Casa em que ficara presa, por motivos políticos e ideológicos. Ao reconhecer a Casa Innês ganha repercussão nacional, inclusive chegando ao imóvel se encontra com o proprietário, na época o alemão Mário Lodders. Tal revelação causou enorme repercussão na sociedade brasileira e principalmente petropolitana. O assunto volta a tona em 2010 com força total, quando vários movimentos sociais de Petrópolis se unem para lutar pela desapropriação e tombamento da Casa da Morte, reivindicando a instauração da Comissão Nacional da Verdade na cidade, para apurar os crimes cometidos durante a Ditadura Militar em Petrópolis. Esses movimentos conseguem a institucionalização da Comissão Municipal da Verdade em Petrópolis e iniciam muitos atos e manifestações em torno do tema desapropriação e tombamento da Casa da Morte, bem como a criação de um Centro de Memória, Verdade e Justiça. Esses movimentos vão para as ruas e realizam passeatas, vigílias, peças teatrais, atos em frente a Casa da Morte e ganham grande visibilidade na mídia local e nacional.

277

Palavras-chave: Casa da Morte. Movimentos Sociais. Memória.

ABSTRACT: The Casa da Morte, located in the city of Petrópolis, more specifically in the Caxambu neighborhood, was used during the 1970s as an important clandestine center of the Military Dictatorship, in which opponents of the regime were arrested, tortured and killed. Innês Etienne Romeu was the only one who managed to stay alive to tell the story. With the enactment of the Amnesty Law, Innês is released and in testimony the Brazilian Bar Association tells of all the atrocities that she lived in the so-called Casa da Morte. At the end of the 1970s, Innês returns to Petrópolis and recognizes the house in which she had been imprisoned, for political and ideological reasons. Upon recognizing Casa Innês, it gained national repercussion, and even when arriving at the property, he met the owner, at the time the German Mário Lodders. This revelation caused enormous repercussions in Brazilian society, and especially in Petropolitan. The matter came up again in full force in 2010, when various social movements in Petrópolis united to fight for the expropriation and overthrow of the Casa da Morte, demanding the establishment of

¹ Mestrando em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-MAIL: jonatan310@gmail.com.

the National Truth Commission in the city, to investigate the crimes committed during the Military Dictatorship in Petrópolis. These movements manage to institutionalize the Municipal Truth Commission in Petrópolis and initiate many acts and manifestations around the theme of expropriation and tombstone of the Casa da Morte, as well as the creation of a Center for Memory, Truth and Justice. These movements take to the streets and carry out marches, vigils, plays, acts in front of Casa da Morte and gain great visibility in the local and national media.

Keywords: House of Death. Social Movements. Memory.

INTRODUÇÃO

Criada como um centro clandestino de opressão política, a Casa da Morte foi um dos piores porões da ditadura, em que o ódio e a violência contra os que não concordavam com as medidas e políticas do governo, conheceram o lado mais nefasto e sombrio do período.

Mesmo sendo declarada de utilidade pública e desapropriada, devido a intensa luta de movimentos sociais que surgem a partir do ano de 2010 a Casa da Morte ainda não foi transformada em um lugar de memória, em um patrimônio histórico para lembrar tal período conflituoso e de opressão, por conta da intervenção de seu atual morador, trazendo uma memória dividida conflituosa em seus aspectos. Esse trabalho se propõe a expor o debate entre esses movimentos sociais que buscam a transformação da Casa da Morte em Lugar de Memória e põem em jogo um conjunto de pensamentos de interesses de um outro lado que defende a não transformação em centro de memória, envolvendo uma série de narrativas e disputas por memórias em torno de um mesmo lugar. Fazendo uma reflexão da construção da Casa da Morte de Petrópolis enquanto lugar de Memória, identificando as memórias em disputa, demonstrando a relevância social da Casa da Morte para a memória coletiva nacional, bem como para a memória do município de Petrópolis. Os movimentos sociais foram para as ruas, fizeram diversos eventos e mobilizações para a desapropriação da Casa da Morte e sua transformação em Centro de Memória. Outro embate que percebi fora o do atual proprietário do imóvel, que negava a existência de um centro clandestino e junto a ele um outro movimento que não reconhecia a Casa como local utilizado para prisões clandestinas, torturas e outros fins do Governo Militar, a partir daí meu olhar se direcionou para a análise dessas memórias em disputa.

Esse artigo insere-se dentro de uma pesquisa de lugares de memória e relação dos movimentos sociais, fazendo parte de uma pesquisa para fins de elaboração de uma dissertação de mestrado, buscando compreender a luta dos movimentos sociais em torno da Casa da Morte para seu

tombamento, desapropriação e transformação em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Para dar conta de tal objetivo, foi necessário seguir os caminhos da pesquisa bibliográfica, documental.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Os grupos revelam múltiplas maneiras de organização, diferentes motivações e demandas, assim sua composição pode se estruturar a partir de processos de identificação com discursos de classe, gênero, etnia, raça, religião etc. O campo teórico sobre os movimentos sociais se dá como um campo aberto a imaginação sociológica, trazendo significado de ações coletivas. (MUTZENBERG, 2011).

A trajetória dos movimentos sociais é reconstruída por Mutzenberg (2011) em três grandes períodos. Os anos 1970 e 1980 são entendidos pelo autor como a presença de movimentos sociais, os quais os olhares se voltaram para eles, sendo fortemente caracterizado por movimentos populares e de trabalhadores e já era possível perceber a emergência dos “novos movimentos” (de gênero, étnicos, ambientalistas entre outros). (MUTZENBERG, 2011).

Conforme análise de Ruth Cardoso (1996), dois momentos caracterizaram esse período: o da emergência heróica dos movimentos, nos 1970, e o momento da institucionalização dos movimentos nos anos 1980. No contexto autoritário e de luta pela redemocratização, a tônica dos estudos estava na afirmação do caráter espontâneo e autônomo dos movimentos sociais. Nesse momento, eles foram interpretados como protagonistas de uma ruptura com o sistema político tradicional, autoritário e clientelista (CARDOSO, 1996, p. 82). (MUTZENBERG, 2011).

O período entre 1970 e 1980, de acordo com Mutzenberg (2011) foi marcado pela reorganização dos movimentos sociais tradicionais e novos, com uma revitalização do sindicalismo rural e urbano. Novas características expressas, são apontadas pelo autor no que convencionou-se chamar sindicalismo, formação de organismos de apoio a organizações, as ONGS e as diversas mobilizações de distintas instituições da sociedade brasileira. (MUTZENBERG, 2011).

Na década de 1990, os movimentos sociais tomam novos rumos, passando de um nível reivindicatório de oposição ao Estado para implementação de conquistas, que no caso do Brasil se formalizou na Constituição Federal de 1988, por meio da possibilidade de inserção nas diferentes modalidades de conselhos participativos criados a partir da nova ordem constitucional, tal fato levou os movimentos sociais a uma nova posição. Nesse sentido passou-se a ter a exigência de que os movimentos sociais superassem um nível meramente reivindicativo para um nível operacional propositivo, solicitando novas habilidades para o desempenho de atividades de planejamento, implementação e fiscalização de políticas públicas. (MUTZENBERG, 2011).

Uma classificação aproximativa dessa presença pode ser sintetizada como: a) movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais (gênero, geração, portadores de necessidades especiais, imigrantes, territoriais, étnico-raciais, religiosos etc.); b) movimentos de lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho, tanto rurais como urbanos (terra, trabalho, equipamentos coletivos, habitação etc.); e c) movimentos globais ou globalizantes. (Fórum Social Mundial, Via Campesina, Jornada Ação Global dos Povos etc.). (MUTZENBERG, 2011).

Mutzenberg mostra que existe uma conformidade entre a heterogeneidade da sociedade civil e a heterogeneidade dos movimentos sociais, que caracteriza um campo plural e dinâmico em que as identidades se redefinem nos processos de articulação. Nesse sentido uma pauta interessante no campo temático dos movimentos sociais no Brasil é a sua relação com o Estado, diante da tradição do Estado forte na formação da sociedade brasileira e frente a experiência recente com o Regime Militar, houve a necessidade de afirmar a sociedade civil em contraposição ao Estado. (MUTZENBERG, 2011).

Para os movimentos sociais, essa relação com o Poder Público tornou-se ainda mais intrincada e ambígua na medida em que lideranças, oriundas de seus quadros, ou no mínimo comprometidas com as suas demandas, tornaram-se governo em seus diferentes níveis (municipal, estadual e federal). Esse fato levou tanto a um afastamento quanto a uma inserção dos movimentos no âmbito dos governos, ou ainda gerando uma dupla atuação, isto é, manifestações de apoio às administrações públicas e à resistência e mobilização, no sentido de acelerar o cumprimento de demandas postergadas (POLETTI, 2009).

De acordo com Mutzenberg (2011) a apropriação da noção de cidadania pelos movimentos sociais teria sido um instrumento fundamental, os levando a um protagonismo de uma nova cultura política. É importante ressaltar que o crescente recurso de “bloqueio de rua” com o objetivo de dar visibilidade a demandas locais, tem chamado muito atenção nos últimos anos, o autor conclui que a multiplicidade de manifestações coletivas e a diversidade de suas características impossibilita uma definição geral do conceito de movimentos sociais, sendo necessário considerar que os atores sociais têm um papel ativo na construção do significado de movimento social. (MUTZENBERG, 2011).

Everton Picolotto defende que a noção de movimento social não é consensual nas ciências sociais, sendo dividido em uma interpretação clássica e as mais recentes. O autor aponta Karl Marx como o que ficou conhecido como um grande ideólogo dos movimentos revolucionários no século XIX, tendo sua autoridade e prestígio intelectuais na afirmação do modelo clássico de movimento social. (PICOLOTTO, 2007).

De acordo com Picolotto (2007) Marx teve grande contribuição na construção de teorias explicativas dos movimentos sociais e também influência na orientação da prática dos movimentos. Marx teria auxiliado na compreensão de relação entre teorização e ação política dos movimentos sociais, articulando a atividade prática (ação dos movimentos) e a teórica (concepção do movimento), em um conjunto único, dando ênfase para o objeto de transformação social. (PICOLOTTO, 2007).

Assim sendo, o marxismo aplicado ao estudo dos movimentos sociais foi entendido não apenas como uma teoria explicativa, mas como uma teoria que fundamenta a movimentos e a própria ação destes movimentos. (PICOLOTTO, p. 158.2007).

A abordagem marxista, na concepção de Picolotto (2007), busca identificar nos movimentos “a necessidade de organização da comunidade de interesse de classe; a exigência de uma vanguarda para o movimento; o desenvolvimento de uma consciência de classe e de uma ideologia autônoma, uma proposta e um programa de transformação social”. Sendo esses os principais eixos que compõe os movimentos sociais. (PICOLOTTO, 2007).

Com a crise da abordagem marxista surgiram novas concepções de movimento social, a concepção de Novos Movimentos Sociais, nasce de uma grave crítica ao marxismo ortodoxo a respeito de seu conjunto teórico, que privilegiava a análise das estruturas sociais, em especial a econômica considerada determinante da ação humana. O paradigma dos Novos Movimentos Sociais, com ênfase em analisar os movimentos sociais que surgiram a partir de 1960, principalmente na Europa, considera a visão marxista limitante, por não levar em conta a expressão da subjetividade dos indivíduos, os conceituando apenas por determinações materiais, subestimando as contribuições culturais e a ação criativa dos sujeitos na formação dos movimentos sociais. (PICOLOTTO, 2007). Alain Touraine define movimento social como “a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do sistema de ação histórica.” (1977:336). Assim os movimentos sociais se definem pelo “confronto de interesses opostos para controlar forças de desenvolvimento e do campo da experiência histórica de uma sociedade”. (1977:344). Nesse sentido, o autor defende que os movimentos sociais devem ter a função de mediadores entre sujeito e o Estado, os movimentos sociais têm o papel de desenvolverem indivíduos livres e autônomos, por um lado e construírem as mediações necessárias entre Estado e os indivíduos por outro.(PICOLOTTO, 2007).

Touraine (1977) propõe que o conceito de movimento social implica a combinação de três princípios, a saber: um (que é a definição do ator por ele mesmo); um princípio de identidade (o ator identifica um adversário); e um (que é a princípio de oposição princípio de totalidade participação no sistema de ação histórica). Dessa forma, o que caracteriza a

existência de um movimento social são os três elementos derivados destes princípios: o ator, e seu adversário o que está em jogo no conflito.(PICOLOTTO,p.161.2007).

Picolotto (2007) em seu trabalho traz a discussão a concepção de Castells sobre movimentos sociais, que seriam “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso transforma os valores e instituições da sociedade” (2002: 20). Alberto Melucici entende os movimentos sociais como “sistema de ação que operam num campo sistêmico de possibilidade e limites”(1989:52). (PICOLOTTO, 2007).

A definição de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade.(2003:113).

Os movimentos sociais seriam uma ação coletiva, na atualidade assumem o papel de agentes centrais da renovação social, sua ação contribui na reflexão sobre a realidade concreta, apontando problemas vivenciados, seja por produzirem novas agendas tanto ao Estado, quanto a sociedade civil. Eles não tem a força de aparato, mas tem a força da palavra, sendo constantemente motivados por interesses opostos entre diversos atores sociais que lutam pelo controle das orientações gerais de uma sociedade, sua formação de movimentos sociais se dão no rompimento por meio de afirmação de identidades primárias (religiosas, étnicas, territoriais, nacionais etc) que resultam na construção de comunidades de resistência, com relações fortes entre os atores. (PICOLOTTO, 2007).

Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto na constituição dos movimentos na sociedade: a “identidade legitimadora dá origem a uma, ou seja, um conjunto de organizações e instituições da sociedade civil” reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural; a “identidade resistência, leva à formação de comunidades, [...] dá origem a formas destinada à comunas, ou de resistências coletivas diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável” a produz os quais, conforme definidos por Touraine, não são identidades de projeto sujeitos, meramente indivíduos, são “o ator social coletivo pelo qual os indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”(PICOLOTTO,p.167 2007).

Os movimentos sociais são ações sociais de caráter sócio-político e cultural, que revelam formas distintas dos indivíduos e grupos de se organizar e expressar suas demandas, os movimentos sociais estabelecem processos sociais que criam identidades, transformando-se em fontes de criatividade e inovações socioculturais. Indivíduos que antes estavam dispersos e desorganizados ao se integrarem a grupos para manifestar seus pleitos, passam a compartilhar o sentimento de pertencimento social.(ALMEIDA, CORRÊA, 2012).

Até o início do século XX o conceito de movimentos sociais abarcava apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos, ao longo do século, diversas teorias foram desenvolvidas. Passou-se a analisar os movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores reações circulares, difusão das ideias etc. As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas as rápidas mudanças sociais.(ALMEIDA, CORRÊA, 2012).

Javier Lifschitz defende que o termo memória política remete a ideia de que enquanto alguns querem esquecer, outros recusam esse esquecimento. Uma “cultura do silêncio” geralmente se sobrepõe em uma sociedade marcada pela violência, sendo o retorno ao passado uma ocorrência emergente. A memória associada a formação de “comunidades de rememoração, também pode implicar na instauração de comissões de verdade e justiça. Lifschitz mostra que Halbwachs (2006), define a memória social como um fenômeno sociológico, que deve ser distinguido tanto da memória individual como da memória histórica. (LIFSCHITZ, 2016).

A memória social se constitui a partir de experiências vividas por grupos sociais, enquanto a memória histórica é da ordem do registro textual e produzida a partir do poder. A memória social se articula com a oralidade, a pluralidade e a sociedade civil, em contrapartida a memória histórica se relaciona com a textualidade, a unicidade e o Estado, sendo fixa e generalizante, a memória social está em constante deslocamento. (LIFSCHITZ, 2016).

Os grupos de memória podem se desfazer e também se rearticular. Halbwachs mostra que a memória constituía um tipo de vínculo, uma atração desejante sobre o passado, que nasce em grupos e que remete a grupos embora estes não estejam presentes. Nesse sentido a memória começa a ser pensada como forma de agregação social. Halbwachs notou que a memória social articulava um tipo de vínculo singular porque os laços sociais que esta gerava eram sempre espontâneos e efêmeros. (LIFSCHITZ, 2016).

Os grupos de memória implicam em diferentes pontos de vista, em relação ao passado, se estabelecem de forma espontânea e estão sujeitos a um permanente deslocamento. A memória não é intencional. (LIFSCHITZ, 2016).

A memória política não é uma forma de representação imagética, ela também faz alusão a uma espécie de vínculos intencionais. Para o autor estar em um grupo de memória supõe atos de fala

ou ações comunicacionais que vão sendo construídas em uma mesma gramática de lembranças e sentimentos, seriam “Comunidades afetivas”, como defende Halbwachs. (LIFSCHITZ, 2016). A memória política busca intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política, porque aborda narrativas e práticas que somente tomam força quando chegam a esfera pública, sendo um tipo de ação estratégica. A finalidade da memória política seria a de chegar e confrontar no espaço público, acontecimentos que estiveram ocultos e visões de justiça. As lutas por memória se articulam com formas de pensar e classificar visões de mundo, sendo um campo estritamente heterogêneo. As políticas de Estado podem facilmente punir, inibir e motivar a eclosão de narrativas. (LIFSCHITZ, 2016).

3.METODOLOGIA

A metodologia que decidi seguir foram a pesquisa documental, pesquisa de campo, utilizando-me da História Oral, as observações de campo, no intuito de produzir uma etnografia, e a pesquisa bibliográfica, assim como a Antropologia Digital.

Goldenberg (2002), afirma que ao conhecer, caracterizar, analisar e elaborar sínteses sobre um objeto de pesquisa, o investigador dispõe de diversos instrumentos metodológicos. “o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar. (GOLDENBERG, p-14, 2002).

Abordando a pesquisa documental, que foi muito útil na elaboração desse trabalho, é interessante comentar que o uso de documentos, de acordo com Cellard, deve ser valorizado e apreciado na pesquisa, pois permite acrescentar a dimensão do tempo a compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos conhecimentos entre outros. (CELLARD, 2008).

A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos, tanto a pesquisa bibliográfica, como a pesquisa documental tem o documento como objeto de investigação. O documento como fonte e pesquisa pode ser escrito e não escrito. (SÁ-SILVA, 2009). Le Goff (1985), trazendo a ideia do uso das fontes para além dos documentos escritos e materiais, faz uma importante reflexão:

(..) quando os documentos escritos faltam à História, ela deve pedir as línguas mortas os seus segredos e, através das suas formas e palavras, adivinhar o pensamento dos homens que as falaram. A história deve perscrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação, todas essas velhas falsidades sob as quais ela deve descobrir alguma coisa de muito real,

as crenças humanas. Onde o homem passou e deixou alguma marca de sua vida e inteligência, aí está a História. (apud LE GOFF, 1985, P.219).

Oliveira (2007), faz uma interessante distinção entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, para a autora a pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico, tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, estudando diretamente fontes científicas, sem precisar recorrer a fatos e fenômenos da realidade empírica. (OLIVEIRA, p.69, 2007).

A pesquisa documental é apontada por Oliveira (2007), como a busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias entre outras. A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica, o que as difere seria a natureza das fontes. Na pesquisa documental o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, pois os documentos não passaram por nenhum tratamento científico. (OLIVEIRA, p.29,2007).

As fontes primárias são dados originais, que possuem uma ligação direta com os fatos a serem analisados, é função do pesquisador analisá-las, por fontes secundárias, entende-se a pesquisa de dados de segunda mão, informações que foram trabalhadas por outros estudiosos. (OLIVEIRA, p.69,2007). O historiador dos Anais aponta que “os documentos e os testemunhos só falam quando sabemos interrogá-los” (FEBVRE, 2011, p. 82).

Não é tarefa fácil conceituar a categoria de documento. Cellard (2008), busca recuperar a palavra “documento” como uma declaração escrita, oficialmente reconhecida que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado, na escola positivista o documento era sobretudo oficial, escrito. (CELLARD, p.296. 2008).

A partir do século XX, com a Revista Francesa dos Anais, o conceito de documento é ampliado. Tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho pode ser considerado como documento ou fonte, pode se tratar de textos escritos, mas também de natureza iconográfica e cinematográfica ou de qualquer outro tipo de testemunho, registro, objetos do cotidiano. Dentro dessas condições é possível defender que até relatórios de entrevistas ou anotações, feitas durante uma observação podem ser caracterizadas como documento. (CELLARD, 2008).

Quanto a ida ao campo, por parte do pesquisador, Clifford Geertz, faz importantes reflexões na questão da prática etnográfica. Geertz entende que praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um

diário e assim por diante. Para o autor fazer etnografia é como tentar ler e ler no sentido de construir uma leitura, um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos. (GEERTZ, 2008).

Nesse sentido, a descrição etnográfica trata, pois, de articular o olhar, o ouvir e a escrita, construindo uma “interpretação densa” dessa experiência, buscando dar conta de algumas de suas estruturas de significado. E a etnografia é a inscrição dessa interpretação de tudo que vemos e ouvimos no campo. A descrição etnográfica é, dessa perspectiva, a apreensão e a inscrição de uma determinada realidade cultural a partir dos olhos e dos ouvidos do antropólogo. (CUNHA, VALPASSOS, p.39. 2012).

Geertz mostra que compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir suas particularidades. A etnografia na concepção do autor é uma descrição densa e os etnógrafos são aqueles que fazem a descrição. A etnografia para Geertz é interpretativa e microcópia. (GEERTZ, 2008).

Lévi-Strauss (1975), numa tentativa semelhante à de Mauss de travar um debate sobre o método de observação e investigação antropológica, destaca que a etnografia consiste na observação e na análise dos grupos humanos em suas particularidades a fim de reconstituir fielmente a vida de cada um deles. O conhecimento dos fatos sociais só é possível a partir de uma investigação concreta e minuciosa dos grupos sociais, contextualizados em seu tempo e espaço, a fim de se alcançar as estruturas mais inconscientes do pensamento humano. Segundo Lévi-Strauss (1975), o inconsciente possui função simbólica, por estar sujeito às leis que estruturam a sociedade e por produzir símbolos que são eficazes por ordenarem a estrutura do pensamento simbólico (GEERTZ, 2008, p.5).

Ainda na questão metodológica, por meio de Ferraz e Porto (2017), é possível defender uma Antropologia Digital, que se torna uma ferramenta essencial no trabalho etnográfico, principalmente no contexto dos novos tempos de pandemia da Covid-19 e isolamento social.

[...] desprezar a condição digital da cultura contemporânea, a qual se alastra em todas as esferas das relações sociais (se apresentando também como campo e/ou objeto de pesquisa) é ignorar as recentes mídias no cotidiano das relações sociais como o fato social da nossa era. E tornar perecíveis os métodos antropológicos tradicionais para certas culturas, por não darem conta de explicar as relações culturais intoxicadas pelas tecnologias nas relações sociais e materiais. Na Antropologia clássica, livros, informantes e percursos terrestres eram tidos como a condição para os contatos preliminares no início da pesquisa, no entanto, na esfera atual das relações sociais em rede, são comumente substituídos por ícones em telas conectadas via online. Portanto, é a partir da entrada nos sites de busca e nas redes sociais, onde se abarcam as referências preliminares das diferentes temáticas do estudo, correspondendo ao lugar onde se inicia o emprego da etnografia. E a internet, como tal portal, pode convergir sobre o caminho da proposta etnográfica tradicional de Mauss (1999:05-07), que está na ação do etnógrafo em observar e classificar os fenômenos sociais, pois as diversas formas de olhar, agora em rede digital, que de antemão proporcionam o contato com um universo de possibilidades de estudos. (FERRAZ; PORTO, 2017, p. 6-7).

Nesse sentido é interessante abordar a etnografia digital que Skageby(2013), mostra os seguintes procedimentos de coleta de dados:

b) Observação online – É o primeiro exercício para a coleta de dados, e se dá sob diferentes técnicas, tais como ingressar e observar os grupos de discussões, os arquivos compartilhados, as mensagens publicadas, os perfis de membros das comunidades e páginas estudadas, a procurar destacar as diversas manifestações sociais que emergem deste campo. A combinação das fontes de dados disponíveis nas diferentes plataformas de redes sociais e/ou de busca, é ideal, segundo o autor, para o trabalho dos cientistas que pretendem investigar a atuação dos atores sociais nas diferentes atividades sociais da internet. c) Entrevistas online – No campo online, as entrevistas podem ser sincronizadas ou não. Isso quer dizer que, quando sincronizadas, são feitas em tempo real com câmeras ou com mensagens escritas instantâneas. Cabe acrescentar que a câmera e o áudio garantem a veracidade do entrevistado e trazem outros elementos sobre a atuação e comportamento do ator social em rede, os quais também servem de dados passíveis de análise. Quando não sincronizadas, as entrevistas são as enviadas por e-mail ou mensagens fechadas nas redes sociais e, no caso, são as menos indicadas, pois o tempo do entrevistado para responder pode não ser tão urgente quanto o tempo do pesquisador para desenvolver a sua pesquisa. (FERRAZ; PORTO, 2017, p. 20).

4. RESULTADOS

Aos 5 de janeiro de 2021 iniciei o contato e a busca por pessoas envolvidas com a desapropriação da Casa da Morte, foram inúmeros os indivíduos dispostos a falar, uns por meio de encontro presencial e outros através dos sistemas online, recentemente muito utilizados devido a pandemia do novo Coronavírus. Inicialmente marquei dois encontros com Míriam Rochedo, uma assídua militante e radialista da cidade e Rafaela Galvão, historiadora, pesquisadora e membro da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis. O local escolhido fora a Câmara Municipal de Vereadores de Petrópolis.²

Era um dia nublado na tradicional Cidade Imperial, cheguei ao local com uma hora de antecedência, tamanho o desejo de iniciar a pesquisa de campo, nesse momento aproveitei para tentar contato com o vereador eleito que militou e milita a respeito da questão de desapropriação de tombamento da Casa da Morte, aqui o chamarei de Yan Mendonça.

Decidi optar por uma vestimenta um tanto culta e corriqueira, fiz questão de preparar um crachá com minha identificação de pesquisador da Unirio. Fui bem recebido na recepção da Câmara, que imediatamente contactou com o gabinete do vereador. Permitiram a minha entrada, para me apresentar aos assessores parlamentares do político. Fui surpreendido com um dos assessores que me atendeu, buscando saber meus anseios, compartilhei com ele meu desejo de conversar com Yan Mendonça e ele afirmou prontamente que ao certo o vereador me receberia com o maior prazer, devido seu engajamento na luta da Casa da Morte, o então assessor me disse que também

²Nesse tópico foram utilizados nomes fictícios para representar as pessoas, em respeito aos entrevistados e a ética da pesquisa.

havia participado do movimento e eu o convidei para uma conversa, foram anotados dados de contato e me retirei da sala, na esperança de ser agendado para um encontro com Yan.

Na entrada da Câmara Rafaela e Míriam chegaram quase ao mesmo tempo e começamos a procurar um local apropriado, haja vista, a chuva que lentamente vinha caindo dos céus. Tentei uma sala vaga na Câmara, o que não foi possível em circunstâncias da pandemia. Então por sugestão das entrevistadas fomos para as escadarias do Centro Cultural que ficava ao lado e tinha cobertura.

Rafaela, membro da CMVP sentou comigo e iniciamos a conversa, sendo gravada em áudio. Interessante lembrar que havia um som infernal ao lado, produzido por um vendedor ambulante com uma caixa de som, não exitamos prosseguimos. Deixei Rafaela totalmente livre para falar comigo, as perguntas que preparei ficaram no bolso e busquei compreender o significado da Casa da Morte, para a própria Rafaela e a liberei para dizer o que sentisse.

Rafaela inicia sua fala dizendo que seu trabalho já era voltado para a classe trabalhadora de Petrópolis. Pesquisando com o professor Eduardo Stotz, que mais tarde seria nomeado presidente da CMVP. Nessas pesquisas acabaram achando o documento de um perseguido político e iniciaram uma busca para saber os acontecimentos em Petrópolis no período do Regime Militar, e a partir disso encontraram um grupo que desejava constituir a Comissão da Verdade em Petrópolis. Desse grupo amplo, houve uma votação de quem continuaria pesquisando a maneira como a Ditadura se deu na cidade de Petrópolis.

Rafaela diz que a luta pela desapropriação e transformação da Casa da Morte em centro de memória, vem desde a década de 1980, quando Innês reconheceu essa casa. Rafaela chegou na luta em 2015, sendo membro da CMVP com o objetivo de luta pela memória. Busquei saber de Rafaela sua visão pessoal sobre os movimentos sociais que resistiram durante a Ditadura Militar, nesse momento a música do vendedor ambulante parou. Rafaela começa a falar sobre a resistência operária em Petrópolis.

Tento saber de que maneira Rafaela se identifica com o depoimento de Innês e também a atual disputa com o proprietário do imóvel. Rafaela não titubeia e começa a falar sobre uma tentativa de silenciamento nos mais diversos acontecimentos e lembra do período escravocrata no Brasil e uma investida da sobreposição da elite ao narrar o acontecido em uma história oficial. Os documentos que atestam que a Casa da Morte funcionou naquele endereço começam a ser citados

por Rafaela e ela frisa que a luta pelo tombamento continua e acredita que o imóvel tenha uma grande relevância histórica.

Não existe a necessidade de bater de frente com o dono do imóvel, de acordo com Rafaela, porém sobre ele não saber do passado da Casa é inviável em seu argumento.

Nesse momento entro no assunto das ações feitas pela instituição (CMVP) e da posição de muitos da sociedade civil contrários e o contexto de uma direita extrema no poder. Pergunto a ela sobre o conservadorismo e se ela percebe isso na cidade. Rafaela lembra da conjuntura do complicado processo de impeachment da presidenta Dilma e o ódio à esquerda e o início desse trabalho dentro desse contexto.

Rafaela coloca essa luta como uma demanda da sociedade, sendo inviável do contrário, daí a intensa mobilização. Ela diz ser a cidade extremamente conservadora, lembra do pagamento do laudemio³ para o príncipe, da existência de uma elite política e intelectual dentro da cidade.

A entrevistada lembra ainda que o Instituto Histórico de Petrópolis havia votado contra o processo de tombamento e questiona que memória eles querem para Petrópolis? A imagem de uma cidade imperial é preponderante, a disciplina História, Geografia e Turismo de Petrópolis. (HGTP), aplicada nas escolas de Ensino Fundamental, parece ter uma centralização na figura do Imperador, de acordo, com Rafaela.

Entro na questão de ser provável ter disputas entre os próprios movimentos sociais, Rafaela sorri e diz ser uma pergunta um tanto complexa, ela comenta sobre a peculiaridade da cidade de Petrópolis, porque acaba que todo mundo se encontra e que costumavam ser as mesmas pessoas e que não chegou ao patamar de ter sido tão clara essa disputa.

Encerrando nossa conversa, faço uma última pergunta, que decidi fazer para todos os entrevistados ao final das conversas. O que é a Casa da Morte para você? Nesse momento Rafaela com os olhos cheios de lágrimas diz que essas pessoas que padeceram os horrores do Regime Militar na Casa da Morte a motivam e impedem que ela fraqueje e que ela está ali por causa dessas pessoas e que existe muita gente por trás dela, para ela parar agora.

Eu não posso nesse momento me enfraquecer. Olha! Pelo que essas pessoas passaram. Nós continuamos por causa delas. Tem muita gente atrás de mim, para eu simplesmente parar agora. A Casa da Morte para mim é exemplo de resistência, de conquista. A luta para transformar em Centro de Memória é para todas as pessoas que já não estão mais

³ O laudêmio, previsto em lei, é uma espécie de aluguel pelo uso de um terreno e que deve ser pago aos descendentes do antigo proprietário. Assim, cada vez que um imóvel instalado nas áreas centrais de Petrópolis é vendido, o comprador deve pagar 2,5% sobre o valor da transação para ter direito à escritura.

presentes e que sofreram tudo que sofreram para nós podermos estar aqui, vivendo uma democracia⁴

Terminada a conversa com Rafaela, Míriam assume o assento duro daquela escadaria, nesse momento a chuva rala, junto a neblina e o frio davam tom a cidade escolhida por Dom Pedro II para passeios e passagem de veraneio.

Com o gravador entre nós dois, deixo Míriam completamente à vontade. Ela inicia falando de seu nascimento em plena Ditadura Militar e seu tio altamente comunista e que seu pai era funcionário da Petrobras e por meio de Código Morse⁵ se comunicava com os russos, sendo considerado um espião, Míriam lamenta que com a morte de seu pai, sua mãe tenha queimado tudo.

Míriam em sua infância participava de constantes reuniões políticas em sua família, feitas por seu tio. Ela diz que nos anos de 1980 possuía grande admiração pelos militares como símbolo de ordem e que seu desejo de entrar para a Marinha do Brasil era contagiante, tinha como forte pensamento a ideia de que os errados eram os comunistas.

Míriam diz que com o golpe de Dilma ela ingressou em um grupo com três jovens liderados por Diogo Graça, que também prestou entrevista e será apresentado mais a frente. Essa ida para esse grupo foi entre 2008 e 2009, sendo um movimento de atuação política, Míriam diz que não sabia de absolutamente nada e questionava de longe a Ditadura Militar.

Sua prática religiosa kardecista na época, foi de grande influência em sua vida conservadora e que foi Diogo com inúmeras conversas que conseguiu mudar seu olhar sobre o comunismo. Míriam sofreu uma mudança radical e brusca com o envolvimento nesse grupo e fala que o Comitê Petrópolis em Luta levou sua forma de pensar a outros patamares, e que esse movimento foi crescendo cada vez mais.

Míriam lembra do dia 07 de dezembro de 2012, que foi marcado pelo ato em frente a Casa da Morte, sendo um acontecimento consolidador na luta pela desapropriação.

Fato interessante, foi que durante nossa conversa duas meninas, sentaram ao nosso lado e começaram a fazer uso de maconha por via oral, senti a necessidade de interromper a conversa e perguntar as meninas se elas já haviam ouvido falar da Casa da Morte, ambas nascidas em Petrópolis disseram nunca ter ouvido nada a respeito. Tal gancho levou minha imaginação a criar

⁴Trecho de entrevista cedida a mim por Rafaela Galvão. Em 05 de janeiro de 2021. Petrópolis.

⁵O Código Morse é um sistema de representação de letras, algarismos e sinais de pontuação através de um sinal codificado enviado de modo intermitente.

um outro panorama para a pesquisa, decidi que eu devia ir para a rua para tentar descobrir se as pessoas da sociedade de Petrópolis conheciam ou não a Casa da Morte e seu passado tenebroso. Voltando, Míriam diz que acredita ter um apagamento das vítimas e afirma ter criado um certo desânimo, por conta de um retrocesso cultural com o advento da extrema direita no poder. O Comitê Petrópolis em Luta se une ao CDDH na luta pela desapropriação da Casa e transformação de um Centro de Memória, Verdade e Justiça. Míriam em sua concepção diz acreditar que Petrópolis já nasceu para uma aristocracia e que o poder público atual não quer mexer nesse assunto.

Começamos a dialogar sobre o proprietário do imóvel e seus laços, ela acredita que a princípio é necessário o tombamento da Casa e não de imediato a retirada do proprietário. Chegando ao final da entrevista pergunto a militante o que significou e significa a Casa da Morte em sua vida.

Míriam responde a minha pergunta dizendo ter se sentido absolutamente tocada pelos abusos que Innês descreve ter sofrido e que isso a faz lembrar o que as mulheres passaram, os índios, os negros. E fala com plena convicção que a Casa da Morte transformou a sua vida. Porém Míriam se entristece ao entender que esse processo é impregnado por uma história contada por vencedores e faz denotação a um atraso do Brasil em relação aos outros países do Cone Sul ⁶em luta pela memória da resistência. Finalizando Míriam ressalta a importância de um memorial que lembre o que aconteceu as futuras gerações e coloca Innês como uma grande heroína e tem no fundo uma esperança de que a luta não pare.

Seria muito importante que existisse esse Centro de Memória em Petrópolis, para que não se repita, não podemos deixar rolar essa falta da memória. Isso precisa ter uma marca na história, para que no futuro as pessoas revejam isso. O poder público não quer mexer no assunto, querem que seja esquecido. Eu me sinto na obrigação de continuar essa luta, por ela, pela Innês, eu também sou mulher. Essa história não pode ser contada pelos vencedores.⁷

Fui bem cedo no dia 09 de janeiro de 2021 me encontrar com a jornalista Márcilene Aguiar, que dias atrás havia me chocado por ligação, uma voz grossa, rouca, culta e imperativa que dizia aos berros pelo telefone “eu sei de toda a verdade, o que os outros andam dizendo é mentira”. Eu já estava em Petrópolis, por isso marcamos uma conversa bem cedo às 09 da manhã, cheguei às 08:30 min e interfonei para seu apartamento.

⁶Cone Sul é uma região composta pelas zonas austrais da América do Sul, ao sul do Trópico de Capricórnio, formando uma espécie de grande península que define o sul do subcontinente. Geograficamente, o Cone Sul da América é a porção sul do continente americano, cuja forma se assemelha a de um triângulo escaleno

⁷Trecho de entrevista cedida a mim por Míriam Rochedo. No dia 05 de janeiro de 2021. Petrópolis.

Ao chegar, a porta já estava meio aberta e Márcilene sentada no sofá a minha espera, havia um cachorro com muitos pelos que deitou no meu colo em cima da poltrona em que eu estava sentado. Deixei Márcilene completamente livre para expressar o que ela quisesse e iniciamos a gravação. Ela começou falando de sua experiência com a Ditadura Militar e seu ativismo político nessa época. Seu contexto é interessante, pois ela veio de uma família de jornalistas comunistas e diz ter sofrido exílio por alguns anos na Europa.

Márcilene inicia um tema sensível e lembra de como Innês entrou em sua vida presencialmente, em 1978, sendo Márcilene uma das articuladoras da entrevista que Innês cedeu dentro da prisão de Bangu. Nesse momento Márcilene altera um pouco sua voz e diz não ter ninguém construindo memórias em torno da Casa da Morte e mostra divergências na narração da história de Innês. Em fala importante ela diz que quem está construindo memórias não é ela e sim o Grupo Innês Etienne Romeu, que tem mais de duzentas pessoas e afirma haver uma diferença entre esse grupo e os outros, Márcilene diz ser uma pessoa muito importante na luta pela desapropriação e tombamento da Casa.

Na concepção de Márcilene a única memória foi construída por Innês Etienne Romeu e que o resto é roubo ou falso. Márcilene largou tudo, inclusive vendeu seu apartamento no Rio de Janeiro e mudou-se para Petrópolis para lutar pela Casa da Morte, faz duras críticas aos demais movimentos sociais, inclusive a CMVP, que nunca a incluíam em nada.

No terceiro aniversário de morte da Innês, Márcilene fez uma plenária pública na praça, com telão, vídeos e diz que isso foi ignorado pela CMVP. Para a entrevistada tal grupo não existe aos olhos da CMVP. “É como se Leonardo Boff do CDDH fosse dono de tudo que é feito em Petrópolis”. Márcilene fala com tristeza que na época do Governo Dilma, bastava uma simples ligação de Leonardo Boff⁸ para Brasília e a Casa estaria de imediato desapropriada e tombada, a própria presidenta se encarregaria de levantar um dinheiro para a campanha.

Márcilene em seu depoimento afirma que as pessoas não sabem da verdadeira história de Innês e que não existe movimento algum capaz de lutar pela Casa da Morte.

O Grupo Innês Etienne Romeu virou ONG no final de 2019 e lançou uma campanha na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Márcilene diz que vai permanecer em Petrópolis e lutar

⁸Leonardo Boff, pseudônimo de Genézio Darci Boff (Concórdia, 14 de dezembro de 1938), é um teólogo, escritor, filósofo e professor universitário brasileiro. Simpatizante do socialismo, Boff é expoente da teologia da libertação no Brasil e conhecido internacionalmente por sua defesa dos direitos dos pobres e excluídos.

para não deixar os outros grupos perderem outra vez a desapropriação e que não permitirá que a Casa pertença ao CDDH. Estão trabalhando em uma campanha de arrecadação, sendo utilizada uma poupança, na qual depois, garantirá que o imóvel pertença a Prefeitura Municipal de Petrópolis.

Márcilene diz ter certeza que o desejo de muitos é que a casa seja demolida e esquecida. O grupo tem buscado denunciar o que aconteceu na Casa e as pessoas trabalham 24 horas por dia, para que a Casa da Morte seja despropriada e tombada.

Finalizando nossa entrevista fiz a pergunta que acho essencial: O que significa a Casa da Morte para você? Márcilene diz que a Casa da Morte virou sua vida de cabeça para baixo, assim que ela soube de sua existência por meio do depoimento de Innês. Ela acredita que a Casa teve o poder de mudar uma boa parte do conservadorismo da cidade de Petrópolis e por isso junto a seu grupo realiza uma campanha nacional e internacional para que o imóvel seja transformado em Centro de Memória, Verdade e Justiça. Márcilene põe Innês como a pessoa mais importante dos sobreviventes, por sua pertinência, sua coragem e a sua memória. “Não se saberia nada, se não fosse por Innês.”

Márcilene fecha sua palavra fazendo uma menção ao atual proprietário do imóvel e diz que é impossível ele ter comprado a casa sem saber, “ele ficou lá por quis”.

A Innês foi a pessoa mais importante dos sobreviventes, de todos do país, pela sua pertinência, pela sua coragem, a sua memória, não se saberia nada da Casa da Morte se não fosse ela. A Casa da Morte mudou a minha vida, saber que era uma casa feita para matar e torturar as pessoas. Nós estamos ralando pesado e a Casa vai ser desapropriada, tombada e transformada em Centro de Memória, a casa deve pertencer ao Estado e não a Instituição privada alguma⁹

CONCLUSÕES

A Casa da Morte em Petrópolis serviu por muito tempo como um centro em que os horrores da tortura e repressão do governo vigente foram incisivos, o que levou a Casa a ser considerada um dos piores porões da Ditadura Militar. O depoimento de Innês Etienne Romeu, que conseguiu sobreviver, assim como o reconhecimento do imóvel feito por ela foram primordiais na descoberta da Casa da Morte em Petrópolis. A partir de 2010 com a luta dos movimentos sociais para a desapropriação e tombamento do imóvel intensifica-se a construção de memórias em torno da Casa da Morte, muitos fenômenos podem ser levados em consideração, como à vontade de

⁹Trecho de entrevista cedida a mim por Márcilene Aguiar (nome fictício). Em 09 de janeiro de 2021. Petrópolis.

memória, o desejo de lembrar e preservar essa memória que resistiu durante a Ditadura Militar e essa criação de grupos na luta pela instituição de um Centro de Memória, Verdade e Justiça, atestam a grande necessidade de se lembrar discutida por Hyssen (2014) na contemporaneidade. Quando esses grupos vão para a frente da Casa da Morte, buscando a legitimação de uma memória e a necessidade da transformação da Casa em museu, eles mostram que a memória é capaz de resistir a tortura, ao tempo e de atravessar gerações. Esses movimentos sofrem embates com o proprietário do imóvel que não acredita que a Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis tenha levantado um trabalho verídico, Renato Firmento de Noronha nesse sentido, traz uma reflexão de uma política de esquecimento e apagamento de memórias, bem como uma tentativa de silenciamento, defendendo a ideia de uma propriedade privada, em que ele comprou, ele pagou, ele financiou, sem saber de seu passado tenebroso. Nessa propriedade Renato afirma também ter constituído memórias, o que pode ser visto no processo enviado por ele, trazendo mais uma complexidade nas memórias em torno da Casa da Morte de Petrópolis. Cheia de complexidades a Casa da Morte e os atores envolvidos em sua narrativa se tornou palco de grandes desejos, expectativas, disputas, divisões, ideologias, políticas, sentimentos, deslocamentos, agrupamentos e divisões que levam a Casa da Morte a abrigar uma vasta complexidade em suas memórias.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina. **Museus no contemporâneo: entre o espetáculo e o fórum**. In: Loures Oliveira, A.P.P. e Monteiro Oliveira, L. (org.) *Sendas da Museologia*. Ouro Preto, UFOP. 2012.
- BARETTA, Jocyane Ricelly. **A importância da Materialidade dos Centros Clandestinos de Detenção e Tortura para contar histórias da Ditadura no Brasil**. *Aedos*, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 109-131, Dez. 2017
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes. Tratamento do documental**. RJ: FGV, 2006
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade: volume I**. 2014. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Apresentação sobre torturadores e carcereiros identificados por Inês Etienne Romeu ante a Comissão Nacional da Verdade**. Acesso em 15/03/2014. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/torturadores_carcereiros.Pdf
- CHUVA, Marcia. **“Intelectuais e Estado: disputas em torno da noção de patrimônio nacional”** in: ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Vol. 37 (2005), pp. 41-51.
- FILHO, Manuel Ferreira Lima. **Cidadania Patrimonial**. *Revista Antropológicas*. p-134-155. 2015.
- FOUCAULT, M. **“Nietzsche, a genealogia e a história”**. In: MACHADO, R. (Org.). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15-37.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004 JELIN, E. 2002. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI. LE GOFF, J. 1994. História e memória. 3. ed., Campinas, SP: Ed. Unicamp.

POLLAK, Michael. **A gestão do indizível; WebMosaica** Revista do Instituto Judaico Marc Chagall v.2.n.1, p.9-49, 2010.